



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

**Mensagem nº 28**

**Processo nº 22390**

**Proponente:** Poder Executivo Municipal

**Regime de Tramitação:** Normal

**Data de conclusão à Procuradoria:** 06/08/2021

### RELATÓRIO

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal cujo mérito solicita aprovação de Projeto de Lei que *“autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público de assistentes sociais, psicólogos e agentes de acompanhamento para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social”*.

O processo tramita exclusivamente em formato digital, constam dos autos eletrônicos os seguintes documentos em anexo.

- 8921 (pdf, 4 páginas);
- 028093 Despacho da Presidência - Projeto de Lei do Executivo 17\_2021 - Executivo Municipal (página única).

### PARECER

A proposição enquadra-se no escopo próprio de atuação do Poder Executivo enquanto responsável pela direção superior da administração municipal:

Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. (Hely Lopes Meirelles, in “Direito Municipal Brasileiro”, 17ª edição, Malheiros Editores, 2014, p.760-761).



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Em nossa Lei Orgânica Municipal, a questão da iniciativa privativa do Chefe do Executivo é abordada da seguinte forma:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

**I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;**

**II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;**

**III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;**

**IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.**

Adentrando ao mérito do projeto em apreço, as razões apresentadas por ocasião da mensagem justificativa declaram os termos em que se fundamenta a existência de situação de excepcional interesse público que dão supedâneo à contratação temporária objetivada, declarando *insuficiência de profissionais para composição de equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social, para o atendimento qualificado no trabalho social e também no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.*

Adentrando ao aspecto financeiro e orçamentário das medidas propostas, **considerando que:**

a) As justificativas apresentadas pelo Exmo. Prefeito Municipal conduzem à conclusão que a contratação temporária tem por objetivo viabilizar “os serviços, programas e projetos



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

*socioassistenciais aos usuários da política de assistência social no contexto da pandemia de Covid-19”;*

- b) O prazo de contratação é limitado (seis meses prorrogáveis por igual período, art. 2º. da proposição;
- c) A contratação se refere exclusivamente a profissionais nas áreas de saúde e assistência social;
- d) O projeto de lei indica, por ocasião dos art. 5º, as dotações orçamentárias que suportarão as despesas criadas;

Entende-se que a proposição está ao abrigo das alterações no regime fiscal promovidas pela EC nº 106/2020 e pela LC nº173/2020. Acerca desse tema, transcrevemos:

“O enfrentamento dos efeitos da crise sanitária, econômica e social provocada pela pandemia da Covid-19 exigiu do governo federal a adoção de medidas emergenciais e urgentes com impacto orçamentário e financeiro. Dentre essas, aquelas voltadas ao atendimento de ações com **saúde e assistência**, o auxílio financeiro destinado às pessoas físicas e aos demais entes da federação, todas com impacto na despesa pública. Destacam-se ainda as necessárias à **contratação temporária e emergencial de pessoas**, bens e serviços, e a concessão de benefícios e renúncia de receita.

Essas intervenções, de outra parte, se depararam com limites, condições e regras de gestão fiscal e orçamentária encontradas na Constituição e, em especial, na LRF, voltadas, em última instância, à contenção do endividamento público.

Diante disso, e da já difícil situação fiscal da União e demais entes, as alterações promovidas na legislação pela EC nº 106/2020 e



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

pela LC nº173/2020 evidenciaram a clara intenção de delimitar o regime extraordinário ao seu objeto e à duração da calamidade pública. E, somente naquilo em que a urgência viesse a se mostrar incompatível com o regime regular. Ou seja, o procedimento, quando adotado, deve se mostrar como indispensável, uma forma de prevenir abusos e desvios na utilização das normas excepcionais.

Essa percepção encontra-se presente desde as primeiras providências, a exemplo das razões do voto dado na Medida Cautelar na ADI nº 6.357/DF. Ainda que tenham perdido o objeto em função da promulgação da EC 106, de 2020, reforçam o caráter excepcional das concessões e dispensas e sua convivência com o regime ordinário, in verbis:

O excepcional afastamento da incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF e 114, caput, in fine, e § 14, da LDO/2020, durante o estado de calamidade pública e para fins exclusivos de combate integral da pandemia de COVID-19, não conflita com a prudência fiscal e o equilíbrio orçamentário intertemporal consagrados pela LRF, pois não serão realizados gastos orçamentários baseados em propostas legislativas indefinidas, caracterizadas pelo oportunismo político, inconsequência, desaviso ou imprevisto nas Finanças Públicas; mas sim, gastos orçamentários destinados à proteção da vida, saúde e da própria subsistência dos brasileiros afetados por essa gravíssima situação; direitos fundamentais consagrados constitucionalmente e merecedores de efetiva e concreta proteção.

[...]

**A temporariedade da não incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da**



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

**LRF e 114, caput, in fine, e § 14, da LDO/2020 durante a manutenção do estado de calamidade pública;** a proporcionalidade da medida que se aplicará, exclusivamente, para o combate aos efeitos da pandemia do COVID-19 e a finalidade maior de proteção à vida, à saúde e a subsistência de todos os brasileiros, com medidas sócio econômicas protetivas aos empregados e empregadores estão em absoluta consonância com o princípio da razoabilidade, pois, observadas as necessárias justiça e adequação entre o pedido e o interesse público.

O regime extraordinário ficou desse modo constituído pelas regras temporárias e excepcionais inseridas pela EC nº 106/2020 e pela LC 173/2020, além do decreto legislativo. Esses novos comandos passaram a conviver com as normas permanentes (CF e LRF), que podem ser regulamentadas pelas LDOs de cada ente, desde que compatíveis. Diante da convivência de normas permanentes e transitórias, exige-se certo esforço interpretativo para que se possa harmonizar o conjunto das disposições, observada a hierarquia formal e material dos instrumentos, de forma a evitar contradições e extrair dos textos seu adequado significado”.

(Nota Técnica nº 20 - Regras Fiscais na vigência de Calamidade Pública (Covid-19). Adequação orçamentária e financeira de proposições em face da EC nº 106/2020 e da LC nº 173/2020. Câmara dos Deputados / Consultoria de



**Orçamento e Fiscalização Financeira)<sup>1</sup>. Grifo  
nosso.**

Finalmente, registramos que a deliberação pelo plenário da nobre Casa Legislativa deve ser precedida da manifestação das seguintes comissões permanentes:

a) **LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**, por ser condição de tramitação do processo legislativo para todas as proposições em geral:

Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em todos os projetos de lei e determinadas matérias que tramitem pela Câmara.

(...)

§ 3º- A Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim atendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

I - organização administrativa da Prefeitura e Câmara;

II - criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;

III - aquisição de alienação de bens imóveis;



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

- IV - participação em consórcios;
- V - concessão de licença ao Prefeito;
- VI - alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- VII – criação, incorporação, fusão e desmembramento de distritos administrativos;
- VIII – instituição ou alteração de códigos;
- IX – matérias pertinentes à Defesa do Consumidor;
- X – outros assuntos pertinentes.

b) FINANÇAS E ORÇAMENTO, por competência específica, eis que a proposição altera despesa do Município:

Art. 77- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

(...)

IV - proposições referentes a matérias tributárias; abertura de créditos; empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, **alterem a despesa** ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

c) SAÚDE, por competência específica, tendo em vista que a situação de excepcional interesse público declarada relaciona-se com as áreas de saúde e assistência social:

Art. 79- O assuntos relativos à Educação , Saúde e Ação Social e Meio Ambiente são atribuídos às Comissões relacionadas neste Artigo:



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

(...)

§ 2º- À Comissão de Saúde, Ação Social e Meio Ambiente compete manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre desportos e **assuntos relacionados com saúde**, saneamento, cultura, meio ambiente, criança, adolescente, idoso e **assistência e Previdência social em geral**. (Modificado pela Resolução Plenária nº 404, de 14 de março de 2006 )

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos e doutrinários apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento, *opinando pela viabilidade da tramitação*. Assevera-se, outrossim, que o presente parecer tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 9 de agosto de 2021

**Pablo José Camboim de Souza**

OAB/RS 50.493

Matrícula 881

**João Roberto da Fonseca Junior**

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257



